
REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022
e relatório dos auditores independentes***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e da REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.




REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 24 de maio de 2023


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Patricia Seoane Azevedo Biondi
Contadora CRC 1BA040103/O-0

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Balço patrimonial Em 31 de dezembro Em milhares de reais

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	84	630	69.745	63.310	Fornecedores (Nota 12)	703	280	2.659	1.825
Contas a receber (Nota 7)			5.661	5.145	Empréstimos e financiamentos (Nota 13)			15.874	15.751
Partes relacionadas (Nota 9)	710	294		4.811	Contas a pagar CCEE (Nota 15)			7.709	9.908
Impostos a recuperar	4	2	93	615	Partes relacionadas (Nota 9)	123			399
Outros ativos	6		1.070	840	Arrendamentos a pagar (Nota 15)			404	372
Total do ativo circulante	804	926	76.569	74.721	Obrigações fiscais e trabalhistas	1	1	1.013	170
					Outros passivos			205	18
					Total do passivo circulante	827	281	27.864	28.443
Não circulante					Não circulante				
Contas a receber (Nota 7)					Empréstimos e financiamentos (Nota 13)			116.484	130.841
Impostos a recuperar	1.519	1.409	1.519	1.410	Contas a pagar – CCEE (Nota 14)			34.057	17.737
Depósitos judiciais (Nota 22)			52	52	Arrendamentos a pagar (Nota 15)			7.462	7.866
Contas garantias (Nota 8)			9.911	10.027	Outros passivos				
Investimentos (Nota 10)	91.121	97.803			Impostos diferidos (Nota 21)				11.469
Intangíveis (Nota 11)			2.325	2.521	Provisão para desmobilização (Nota 16)			17.656	16.742
Imobilizado (Nota 11)	1	4	205.765	224.228	Total do passivo não circulante			175.659	184.655
Total do ativo não circulante	92.641	99.216	219.572	238.238					
					Patrimônio líquido (Nota 17)				
					Capital Social	115.979	115.979	115.979	115.979
					Prejuízos acumulados	(23.361)	(16.118)	(23.361)	(16.118)
						92.618	99.861	92.618	99.861
					Total do passivo e do patrimônio líquido	93.445	100.142	296.141	312.959
Total do ativo	93.445	100.142	296.141	312.959					

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Operações continuadas				
Receita líquida da venda de energia (Nota 18)			47.032	43.613
Custo de operação (Nota 19)			(40.455)	(28.484)
Lucro bruto			6.577	15.129
Despesas gerais e administrativas (Nota 19)	(36)	(5)	(2.440)	(2.530)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas (Nota 19)		(107)	776	(45)
Equivalência patrimonial (Nota 10)	(7.282)	(1.607)		
(Prejuízo) lucro operacional antes do resultado financeiro	(7.318)	(1.719)	4.913	12.554
Despesas financeiras (Nota 20)	(49)	(43)	(17.205)	(15.724)
Receitas financeiras (Nota 20)	132	63	7.432	2.937
	83	20	(9.773)	(12.787)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.235)	(1.699)	(4.860)	(233)
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 21)	(8)		(13.852)	
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 21)			11.469	(1.466)
Prejuízo do exercício	(7.243)	(1.699)	(7.243)	(1.699)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo do exercício	(7.243)	(1.699)	(7.243)	(1.699)
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente total	(7.243)	(1.699)	(7.243)	(1.699)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Em milhares de reais

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Em 1º de janeiro de 2021	<u>115.979</u>	<u>(14.419)</u>	<u>101.560</u>
Prejuízo do exercício		(1.699)	(1.699)
Em 31 de dezembro de 2021	<u>115.979</u>	<u>(16.118)</u>	<u>99.861</u>
Prejuízo do exercício		(7.243)	(7.243)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>115.979</u>	<u>(23.361)</u>	<u>92.618</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.235)	(1.699)	(4.860)	(233)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício				
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)			12.734	11.063
Depreciação e amortização (Nota 11)	3	3	17.393	17.282
Baixas de imobilizado e intangível (Nota 11)		17	9.388	1.118
Atualização da provisão para desmobilização (Nota 16)			914	2.529
Despesas financeiras com arrendamentos (Nota 15)			657	632
Amortização de custos de emissão dos empréstimos (Nota 13)			816	817
Baixas de contas a receber		107		107
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	7.282	1.607		
Variações de ativos e passivos				
Contas a receber			(516)	3.443
Impostos a recuperar	(112)	31	413	383
Outros ativos	(6)	2	(230)	(552)
Partes relacionadas	(293)	(135)	4.412	190
Fornecedores	423	278	834	442
Obrigações fiscais e trabalhistas	(5)	1	(940)	(105)
Contas a pagar CCEE			14.121	11.192
Outros passivos			187	(112)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	57	212	55.323	48.196
Juros pagos (Nota 13)			(11.680)	(11.060)
IRPJ e CSLL pagos (Nota 21)	(3)		(12.069)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	54	212	31.574	37.136
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Contas garantias			116	(288)
Adições ao imobilizado e ao intangível (Nota 11)			(8.122)	(1.437)
Investimento em controladas	(600)			
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(600)		(8.006)	(1.725)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de arrendamento (Nota 15)			(1.029)	(924)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal (Nota 13)			(16.104)	(16.062)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento			(17.133)	(16.986)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(546)	212	6.435	18.425
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	630	418	63.310	44.885
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	84	630	69.745	63.310
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(546)	212	6.435	18.425

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2007, com o objetivo específico de participação em outras sociedades na qualidade de sócia ou acionista.

A Companhia é controladora integral (100%) da Eólica Brisa Energia Renováveis S/A (“Brisa”), Eólica Vento Energia Renováveis S/A (“Vento”), Eólica Wind Energia Renováveis S/A (“Wind”). Em conjunto, a Companhia e suas Controladas são denominadas “Grupo” ou “Consolidado”.

Em 08 de agosto de 2022, a AES Brasil Operações S.A. assinou um SPA com a Cubico Brasil S.A. para a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia. Em 30 de novembro de 2022, após o cumprimento das condições precedentes, o processo de aquisição foi concluído e a titularidade de 100% das ações foi transferida.

O Grupo possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL as seguintes autorizações e registros de geração:

	<u>Estado</u>	<u>Cidade</u>	<u>Capacidade instalada MW (*)</u>	<u>Energia assegurada MWh /ano (*)</u>	<u>Início</u>	<u>Término</u>
Eólica Brisa Energia Renováveis S/A	RS	Rio Grande	22	83.220	Janeiro de 2015	Dezembro de 2035
Eólica Vento Energia Renováveis S/A	RS	Rio Grande	22	77.964	Janeiro de 2015	Dezembro de 2035
Eólica Wind Energia Renováveis S/A	RS	Rio Grande	20	70.080	Janeiro de 2015	Dezembro de 2035

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foi aprovada pela diretoria em 24 de maio de 2023.

(*) Informações não auditadas

(a) Contrato de Energia – CCEAR

As investidas da Companhia firmaram Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

De acordo com o estabelecido pela ANEEL, o marco do cronograma de implantação da referida usina tinha como data de início da operação comercial até 1º de janeiro de 2015. No entanto, esse prazo foi estendido até 14 de janeiro de 2015 e a Companhia iniciou a operação comercial nesta data conforme despacho nº 59 de 13 de janeiro de 2015 emitido pela ANEEL.

De acordo com a modalidade do Leilão, as investidas firmaram contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e respectiva potência associada, Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição no âmbito do Ambiente de Contratação Regulada (ACR), como decorrências dos leilões de energia elétrica proveniente

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de empreendimentos de geração existentes e de novos empreendimentos.

Os contratos de comercialização de energia foram firmados com os compradores por um prazo de 20 (vinte) anos a contar da data do início da operação comercial.

De acordo com o contrato de compra e venda de energia, o valor a ser faturado mensalmente é calculado linearmente em relação a quantidade anual contratada, independentemente da quantidade de energia efetivamente disponibilizada.

O atendimento do montante anual de energia contratada observará uma margem inferior de 90% da energia contratada e uma margem superior decrescente (30% da energia contratada no primeiro ano, 20% no segundo ano, 10% no terceiro ano e zero no último ano dos quadriênios).

A conta de energia compreende a contabilização das diferenças entre os montantes de energia gerada e contratada, sendo apurada anualmente e quadrienalmente considerando as margens descritas acima.

Ao final dos quatro anos, a conta de energia será encerrada e logo em seguida será reiniciada para o quadriênio seguinte. Havendo saldo positivo na conta de energia ao final do quadriênio (dentro da margem superior), a Companhia poderá, a seu critério, repassar o saldo ao ano seguinte como crédito de energia, descer a outro vendedor do mesmo leilão e da mesma fonte de geração de energia ou liquidar no âmbito do contrato como receita variável. A geração de energia que ultrapassar a margem superior estabelecida no CCEAR, poderá ser comercializado com quaisquer agentes no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme tarifas praticadas no mercado de curto prazo.

Havendo saldo negativo, haverá necessidade de ressarcimento, que poderá ser:

- a) Anualmente: quando os desvios negativos de geração (energia gerada menor que energia contratada) ultrapassar o limite inferior da conta de energia (10% abaixo da energia contratada);
- b) Quadrienalmente: quando os desvios negativos de geração (energia gerada menor que energia contratada) não ultrapassar o limite inferior da conta de energia (10% abaixo da energia contratada).

O Grupo possui, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 5.446 (2021: R\$ 5.115) registrados relacionados com essas obrigações. (Nota 7).

(b) Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2022

Efeitos decorrentes do conflito entre Rússia e Ucrânia

Em decorrência do atual conflito entre Rússia e Ucrânia, a Companhia monitora continuamente os seus efeitos, diretos e indiretos, refletidos na sociedade, economia e nos mercados (internacional e doméstico), com o objetivo de avaliar os eventuais impactos e riscos para os seus negócios.

Dessa maneira, podemos separar em 3 (três) as principais áreas de avaliação da Companhia e suas controladas:

- (i) Pessoas: a Companhia não possui colaboradores, tampouco instalações, de nenhuma natureza nas localidades relacionadas ao conflito.
- (ii) Insumos: não identificou nenhum risco de curto e longo prazo, de uma possível interrupção ou escassez no fornecimento de insumos para as suas atividades.
- (iii) Comercial: até o presente momento, a Companhia continua com as suas transações conforme planejado, mantendo o atendimento a seus clientes em todos os seus setores de atividade.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por fim, é oportuno informar que, em decorrência do atual cenário, a Companhia tem mantido ações para monitorar em conjunto com suas principais partes interessadas, com o objetivo de garantir a atualização necessária e fluxo de informações tempestiva à dinâmica da conjuntura global para suas tomadas de decisão.

Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

Até o momento não foram identificados impactos diretos decorrentes de mudanças climáticas nas operações do Grupo. A avaliação do Grupo sobre os potenciais impactos das mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo e, quando aplicável, seus impactos serão considerados e avaliados pela sua gestão.

2 Apresentação das informações contábeis e principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. O exercício social do Grupo se encerra no dia 31 de dezembro de cada ano.

2.1 Base de preparação

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto o passivo de arrendamento que é ajustados para refletir a mensuração ao valor justo na sua mensuração inicial e é mantido ao custo amortizado na mensuração subsequente.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

(b) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de Reais, exceto quando indicado em outra forma.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2 Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor).

2.4 Contas a receber

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR (Nota 1). Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A Administração avalia os seus ativos financeiros e identificou que não existem impactos de *impairment* a serem reconhecidos, tendo em vista que a Companhia não possui títulos em atraso, histórico ou expectativa de perdas.

2.5 Depósitos judiciais

Existem situações em que o Grupo questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.6 Contas garantias

Conta corrente constituída exclusivamente em garantia do BNDES, não movimentável até a liquidação dos respectivos contratos.

São classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas base das demonstrações financeiras.

2.7 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos.

O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada limitada ao prazo de concessão, a taxas anuais variáveis descritas na Nota 11, levando em consideração a vida útil estimada dos bens.

O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.8).

2.8 Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Em 2022 e 2021, não foram identificados indicativos de perdas.

2.9 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.10 Arrendamentos operacionais

O Grupo possui contratos de arrendamentos referentes aos terrenos nos quais estão as instalações dos seus parques eólicos.

Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e em sua maioria estão relacionados com o prazo do contrato de fornecimento de energia. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos fluxos de contraprestações fixas (incluindo pagamentos fixos na essência). Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento.

O Grupo está exposto a potenciais aumentos futuros nos pagamentos de arrendamentos variáveis com base em um índice ou taxa, os quais não são incluídos no passivo de arrendamento até serem concretizados. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e
- quaisquer custos diretos iniciais.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado.

O Grupo não espera impactos em sua capacidade de cumprir os acordos contratuais de limite máximo de alavancagem em empréstimos (covenants). Os impactos na demonstração de resultados estão demonstrados na Nota 15.

2.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data do balanço.

2.12 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; (iii) e o valor possa ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.13 Provisões para desmobilização

O Grupo reconhece provisão para desmobilização referente às obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida no início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo e posteriormente ao custo amortizado, sendo revisada anualmente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

2.14 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

2.15 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado.

Os encargos do imposto de renda e contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

Para o exercício de 2022, o Grupo adotou o regime de apuração do lucro presumido, em 2021 o Grupo era optante pelo lucro real.

Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

2.17 Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre Lucro IFRIC 23/ICPC 22

O Grupo avalia a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais quando são adotados tratamentos fiscais incertos, em virtude de quaisquer procedimentos na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possam ser questionados por autoridade fiscal e, conseqüentemente, implicar aumento ou diminuição de ativos, passivos fiscais correntes e diferidos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo, não identificou impactos na aplicação do ICPC 22.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

O Grupo faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros

Conforme o OCPC 05 - Contratos de Concessão, para os bens integrantes da infraestrutura de geração vinculados aos contratos de concessão (uso do bem público) assinados após 2004, sob a égide da Lei n.º 10.848/04, que não tenham direito à indenização no final do prazo da concessão no processo de reversão dos bens ao poder concedente, esses bens, incluído terrenos, devem ser amortizados com base na vida útil econômica de cada bem ou no prazo da concessão, dos dois o menor, ou seja, a amortização está limitada ao prazo da concessão.

A administração reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base no menor prazo entre a concessão (Nota 1) e nas vidas úteis estimadas de cada bem (Nota 11).

(b) Conta de ressarcimento – CCEE

A Conta de ressarcimento – CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração do Grupo entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

(c) Provisão para desmobilização

A provisão para desmobilização de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(d) Passivo de arrendamento

No reconhecimento inicial os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento são remensurados se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento.

(e) Provisão para contingências

Reconhecimento das ações e processos judiciais que são periodicamente avaliados pela Administração para levantamento de riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos e econômicos, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrências e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotas, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos assessores jurídicos que patrocinam as causas do Grupo.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo o expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos.

A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro do Grupo, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro do Grupo identifica, avalia e protege o Grupo contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Riscos regulatórios

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estar entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente do Grupo (CCEE).

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, comercializadoras, distribuidoras e geradoras por meio de contratos bilaterais e em contratos no ambiente regulado (leilões de energia), tanto no longo como no curto prazo. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui três processos focados na mitigação de risco: (i) Análise de Crédito: Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e restritivos externos junto a bureaus de crédito, (ii) cálculo do rating de acordo com modelo interno e (iii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, rating e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Risco de liquidez

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de três anos
Em 31 de dezembro de 2022			
Empréstimos e financiamentos	15.874	16.220	100.264
Fornecedores	2.659		
Contas a pagar - CCEE	7.709		34.057
Arrendamentos	404	438	7.024
Em 31 de dezembro de 2021			
Empréstimos e financiamentos	15.751	16.094	114.747
Partes relacionadas	399		
Fornecedores	1.825		
Contas a pagar – CCEE	9.906		17.737
Arrendamentos	372	404	7.462

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e 2021, estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2022	2021
Total dos empréstimos (Nota 13)	132.358	146.592
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(69.745)	(63.310)
Dívida líquida (a)	62.613	83.282
Total do patrimônio líquido	92.618	99.861
Total do capital (b)	155.232	183.143
Índice de alavancagem financeira - % (a / b)	40%	45%

4.3 Gestão de risco climático

O Grupo possui uma equipe de gestão de riscos corporativos, incluindo os riscos relacionados às mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam garantir a identificação, a avaliação e o tratamento dos seus principais riscos. Tal estrutura, através da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias, que visam reduzir as exposições identificadas. A avaliação do Grupo sobre os potenciais impactos das mudanças climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono é efetuada de forma contínua e seguirá evoluindo e, quando aplicável, seus impactos serão considerados e avaliados pela sua gestão.

4.4 Estimativa do valor justo

Demais ativos e passivos estão mensurados ao custo, entretanto, pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos.

5 Instrumentos financeiros

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- i. Mensurados ao custo amortizado.
- ii. Valor justo por meio do resultado.

i. Mensurados ao custo amortizado

Os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ii. Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá do Grupo ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o Grupo classificou assim seus instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Consolidado	
	2022	2021
Mensurados ao custo amortizado		
Ativos		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	69.745	63.310
Contas garantias (Nota 8)	9.911	10.027
Contas a receber (Nota 7)	5.661	5.145
Depósitos judiciais (Nota 22)	52	52
	<u>85.369</u>	<u>78.534</u>
Passivos		
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	132.358	146.592
Fornecedores (Nota 12)	2.659	1.825
Arrendamentos a pagar (Nota 15)	7.866	8.238
	<u>142.883</u>	<u>156.655</u>

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Numerário disponível	23	48	11.955	8.022
Investimentos de curto prazo (a)	61	582	57.790	55.288
Total caixa e equivalentes de caixa	<u>84</u>	<u>630</u>	<u>69.745</u>	<u>63.310</u>

- (a) As aplicações financeiras são remuneradas a uma taxa média de 100% do CDI (2021: 95% do CDI), e por não haver restrições ao resgate antecipado dos valores aplicados e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, as aplicações foram consideradas equivalentes de caixa.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Contas a receber - Consolidado

De acordo com o contrato de comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR, o valor a ser faturado mensalmente é calculado linearmente em relação à quantidade anual contratada, independentemente da quantidade de energia efetivamente disponibilizada.

A energia contratada é igual ao montante de energia associado ao leilão vencido pela Companhia. A partir do segundo quadriênio, a energia contratada será o valor médio anual do montante efetivamente produzido pela Companhia desde o primeiro quadriênio até o término do quadriênio anterior, limitado ao montante de energia associado ao leilão vencido.

Os valores a receber em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão assim compostos:

	Consolidado	
	2022	2021
Contas a receber referente a venda de energia (a)	5.446	5.115
Contas a receber (Mercado de curto prazo) (b)	215	30
Total circulante	<u>5.661</u>	<u>5.145</u>

- (a) Refere-se à venda de energia elétrica para os compradores relativa ao faturamento dos parques eólicos a vencer em janeiro de 2023.
- (b) Refere-se a energia disponibilizada no mercado de curto prazo da CCEE (MCP), energia essa é liquidada mensalmente pelo preço de liquidação de diferenças (PLD) do período, e atualizada monetariamente quando da não liquidação mensal.

Não existem valores de contas a receber vencidos nos períodos apresentados. Além disso, não há histórico de perdas com as contas a receber do Grupo, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Contas garantias

Esses valores referem-se as Contas Reservas do Serviço da Dívida do BNDES na qual consta o saldo de três vezes o valor da última prestação vencida do Serviço da Dívida do BNDES sendo entendido como prestação do serviço da dívida a soma da amortização do principal e dos acessórios da dívida (juros) decorrentes do contrato do BNDES.

Em 31 de dezembro de 2022 o Grupo possuía o valor de R\$ 9.911 (2021 - R\$ 10.027) referente a contas de reserva, valor este registrado no ativo não circulante.

9 Partes relacionadas

O Grupo mantém transações com partes relacionadas, das quais destacamos:

Ativo circulante	Operação	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Eólica Brisa	Nota de débito (a)	246	141		
Eólica Vento	Nota de débito (a)	241	52		
Eólica Wind	Nota de débito (a)	223	96		
Cubico Brasil	Nota de débito (a)		5		4.811
		710	294		4.811

Passivo circulante	Operação	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Ventos de São Tito Holding	Nota de débito (a)				7
Eol Vento Energias renováveis S.A.	Nota de débito (a)	123			
Cubico Brasil	Nota de débito (a)				392
		123			399

- (a) Refere-se ao saldo do Grupo decorrente do compartilhamento de despesas entre as empresas do mesmo grupo econômico. Em novembro de 2022, a Companhia passou a integrar o Grupo AES Operações, liquidando todas as transações anteriores com outras empresas antes consideradas partes relacionadas.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Os administradores do Grupo são executivos do acionista controlador e por esse motivo seus honorários são pagos pelo acionista.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Investimentos - Controladora

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	97.803	99.410
Participação no resultado de controladas	(7.282)	(1.607)
Integralização de capital nas investidas	<u>600</u>	<u></u>
Saldo final	<u>91.121</u>	<u>97.803</u>

Segue a participação da Companhia nos resultados de suas controladas, no total de seus ativos e passivos, bem como, o valor do investimento:

<u>Nome</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Lucro (Prejuízo)</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Valor do investimento</u>
Em 31 de dezembro de 2022					
Eólica Brisa Energia Renováveis S/A	107.416	72.089	2.561	35.327	35.327
Eólica Vento Energia Renováveis S/A	102.369	68.712	1.185	33.657	33.657
Eólica Wind Energia Renováveis S/A	<u>84.865</u>	<u>62.728</u>	<u>(11.028)</u>	<u>22.137</u>	<u>22.137</u>
	<u>294.650</u>	<u>203.529</u>	<u>(7.282)</u>	<u>91.121</u>	<u>91.121</u>
Em 31 de dezembro de 2021					
Eólica Brisa Energia Renováveis S/A	81.608	76.062	(881)	32.765	32.765
Eólica Vento Energia Renováveis S/A	105.074	73.202	(1.296)	31.872	31.872
Eólica Wind Energia Renováveis S/A	<u>97.009</u>	<u>63.843</u>	<u>570</u>	<u>33.166</u>	<u>33.166</u>
	<u>283.691</u>	<u>213.107</u>	<u>(1.607)</u>	<u>97.803</u>	<u>97.803</u>

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado e intangível - Consolidado

	2022			2021	Taxas anuais depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido	
Aerogeradores e estrutura do parque eólico (a)	322.537	(128.377)	194.160	210.574	5
Bens em operação	214	(131)	83	90	10 a 20
Direito de uso – Arrendamento (b)	8.610	(2.167)	6.443	7.077	7
Obras em andamento				984	
Desmobilização	8.466	(3.387)	5.079	5.503	5
Projetos (c)	3.810	(1.485)	2.325	2.521	5
Total	343.637	(135.547)	208.090	266.749	

- (a) Estão sendo depreciados conforme o prazo de operação concedidos pela ANEEL.
(b) Trata-se do direito de uso decorrente dos contratos de arrendamento de terrenos onde está instalado o parque eólico, conforme informado na Nota 15.
(c) Refere-se substancialmente aos gastos com Consultoria para implantação do parque eólico.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Conforme mencionado na Nota 2.8, a Administração do Grupo tem por prática a avaliação e o monitoramento periódico do desempenho futuro dos seus ativos e nos exercícios de em 2022 e 2021, não identificou indicativos de perdas a serem reconhecidas.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos saldos do ativo imobilizado está representada por:

	Aerogeradores e estrutura do parque eólico	Desmobilização	Arrendamento s (a)	Obras em andamento	Bens em operação	Projetos	Total
Custo							
Em 1º de janeiro de 2021	323.391	8.466	8.174	153	161	3.803	344.148
Aquisições	412		445	984	34	7	1.882
Baixas	(1.118)		(9)				(1.127)
Transferências	153			(153)			
Em 31 de dezembro de 2021	322.838	8.466	8.610	984	195	3.810	344.903
Aquisições	8.103				19		8.122
Baixas	(8.404)			(984)			(9.388)
Em 31 de dezembro de 2022	322.537	8.466	8.610		214	3.810	343.637
Depreciação							
Em 1º de janeiro de 2021	(96.137)	(2.540)	(1.021)		(81)	(1.093)	(100.872)
Depreciação	(16.127)	(423)	(512)		(24)	(196)	(17.282)
Em 31 de dezembro de 2021	(112.264)	(2.963)	(1.533)		(105)	(1.289)	(118.154)
Depreciação	(16.113)	(424)	(634)		(26)	(196)	(17.393)
Em 31 de dezembro de 2022	(128.377)	(3.387)	(2.167)		(131)	(1.485)	(135.547)
Saldo contábil, líquido							
Em 31 de dezembro de 2021	210.574	5.503	7.077	984	90	2.521	226.749
Em 31 de dezembro de 2022	194.160	5.079	6.443		83	2.325	208.090

(a) O acréscimo de imobilizado decorrente do CPC 06 (R2) não apresenta efeito em caixa, portanto não está demonstrado na DFC.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Fornecedores – Consolidado

Em 31 de dezembro de 2022, os fornecedores referem-se, principalmente, a materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios, necessários para a manutenção dos parques, no montante consolidado de R\$ 2.659 (2021: R\$ 1.825).

13 Empréstimos e financiamentos - Consolidado

	2022	2021
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	139.369	154.418
(-) Custos de captação de empréstimos	(7.011)	(7.826)
Total	132.358	146.592
Circulante	15.874	15.751
Não circulante	116.484	130.841
Total	132.358	146.592

Em 22 de dezembro de 2014, foram celebrados contratos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES para concessão de financiamento, a seguir detalhamos os valores por empresa:

Subcrédito	Brisa	Vento	Wind	Total
A	33.884	32.316	29.342	95.542
B	43.124	41.130	37.345	121.599
C	650	750	750	2.150
Total	77.658	74.196	67.437	219.291

Sobre o principal da dívida decorrente dos subcréditos A e B incidirão juros à taxa de 2,18% + TJLP ao ano. Sobre o principal da dívida decorrente do subcrédito C incidirá a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O principal da dívida será pago em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2022 o total de 83 prestações.

O BNDES poderá declarar antecipadamente vencido o contrato no caso de ocorrer uma das seguintes situações: inadimplemento, falência, retardamento ou paralisação das obras, inexecução das obras no prazo contratual, aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista, ocorrência de procedimento judicial, redução do quadro de pessoal e extinção da autorização da ANEEL para exploração do empreendimento.

Covenants

De acordo com o contrato de financiamento, as Controladas precisam manter o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) em uma relação mínima na fase de amortização de 1,30. O contrato possui cláusulas que preveem o vencimento antecipado da dívida em caso de não cumprimento dos índices financeiros citados acima. Ainda de acordo com o contrato firmado junto ao BNDES, as Controladas constituíram em 2015 contas de reserva do serviço da dívida, no valor necessário para perfazer o montante equivalente a três prestações mensais, vincendas, constituídas do principal, encargos e acessórios. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a as controladas atenderam os índices requeridos.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos saldos circulante e não circulante de empréstimos e financiamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é demonstrada como segue:

Saldo em 01/01/2020	161.834
Amortização de custos de captação (Nota 20)	817
Juros provisionados (Nota 20)	11.063
(-) Liquidação principal	(16.062)
(-) Liquidação juros	(11.060)
Saldo em 31/12/2021	146.592
Amortização de custos de captação (Nota 20)	816
Juros provisionados (Nota 20)	12.734
(-) Liquidação principal	(16.104)
(-) Liquidação juros	(11.680)
Saldo em 31/12/2022	132.358

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método do custo efetivo e apresentados na rubrica "Empréstimos e financiamentos", em 31 de dezembro de 2022 e 2021, como redução da dívida.

As despesas financeiras de empréstimos e financiamentos foram capitalizadas custo de formação do ativo imobilizado no consolidado até o momento em que o parque iniciou suas operações, a partir daí passaram a ser reconhecidos como despesa financeira do período. Os juros capitalizados estão sendo apropriados ao resultado, desde o início da operação através da depreciação do referido ativo.

Garantias financeiras

As garantias oferecidas para pagamento da dívida são alienação fiduciária das máquinas e equipamentos relativos ao projeto descrito em contrato, penhor de ações, cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da receita fixa, penhor dos direitos emergentes.

Por vencimento – Não circulante consolidado

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento	31.12.2022	31.12.2021
De 13 a 24 meses	16.220	16.094
De 25 a 36 meses	16.574	16.445
De 37 a 48 meses	16.980	16.848
De 48 a 60 meses	17.396	17.261
Até 2031	49.314	64.193
Total não circulante	116.484	130.841

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Contas a pagar – CCEE - Consolidado

	<u>Constrained - off</u>	<u>Apuração ano suprimento corrente</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	6.176	21.469
Circulante	6.176	3.732
Não circulante		17.737
Total	<u>6.176</u>	<u>21.469</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2022	10.833	30.933
Circulante	1.187	6.522
Não circulante	<u>9.645</u>	<u>24.411</u>
Total	<u>10.833</u>	<u>30.933</u>

Refere-se ao somatório das diferenças mensais apuradas durante o período de operação entre a energia gerada e a energia contratada, que será faturado conforme CCEAR. Os valores classificados no circulante se referem a valores que irão vencer nos próximos 12 meses e os classificados no não circulante aos valores que irão vencer após os próximos 12 meses. No fechamento do último ano de suprimento pela CCEE ficou determinado que os valores de ressarcimentos anuais que são feitos em 12 parcelas não seriam realizados até uma definição por parte da ANEEL sobre a questão do *constrained-off*, a Companhia manteve o valor de R\$ 10.833 (2021: R\$ 6.176) referente aos ressarcimentos não efetuados no passivo circulante.

Cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas

Os eventos de Constrained-off (c-off) de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao c-off de usinas.

O Despacho nº 2.303/2019 emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, determinou à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE que suspendesse os ressarcimentos relativos aos eventos de c-off das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva até que decisão final sobre a regulação fosse tomada. Com a aprovação da Resolução Normativa ANEEL nº 927 de 2021 que estabeleceu os procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por c-off de usinas eólicas, ficou pendente por parte da CCEE a publicação de cronograma de processamento dos ressarcimentos.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

As reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

15 Arrendamentos a pagar

O Grupo possui contratos de arrendamento dos terrenos nos quais estão instalados os parques eólicos, com prazo médio de 15 anos, o valor de direitos de uso reconhecidos no ativo imobilizado está especificado na Nota 11.

Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo possui 8 contratos de arrendamentos e reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, o Grupo reconheceu no resultado a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos do Grupo de 8,45% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

Passivo de arrendamento - Consolidado

Saldos em 31 de dezembro de 2020	8.094
Remensuração	436
Juros apropriados	632
Pagamentos	(924)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.238
Juros apropriados	657
Pagamentos	(1.029)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	7.866
Circulante	404
Não Circulante	7.462

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	2022	2021
Até 12 meses	404	372
13 a 24 meses	438	404
25 a 36 meses	475	438
37 a 48 meses	515	475
48 a 60 meses	558	515
Até 2034	5.476	6.034
Total	7.866	8.238

Resultado com arrendamento - Consolidado

Impactos na demonstração do resultado	2022	2021
Despesas com depreciação e amortização	(634)	(512)
Despesas financeiras	(657)	(632)
Total - impacto na despesa líquida	(1.291)	(1.144)

16 Provisão para desmobilização - Consolidado

As controladas assumiram obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada ao seu valor justo sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

Abaixo está demonstrado a movimentação do passivo não circulante nos exercícios de 2022 e 2021.

Saldo em 31 de dezembro de 2020	14.213
Juros apropriados (IGP-M) (Nota 20)	2.529
Saldo em 31 de dezembro de 2021	16.742
Juros apropriados (IGP-M) (Nota 20)	914
Saldo em 31 de dezembro de 2022	17.656

17 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 115.979 composto por 452.365.498.678 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Aumento e redução de capital

A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto.

(c) Destinação dos lucros

Conforme estatuto social, os lucros apurados correspondentes a cada exercício social serão destinados da seguinte forma: 5% (cinco por cento) do lucro líquido serão destinados para constituição da reserva legal que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; 5% (cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas na forma de dividendos mínimos obrigatórios; o saldo remanescente, se houver, poderá ser destinado à formação de reserva para equalização de dividendos que será limitada a 50% (cinquenta por cento) do capital social ou ser retido visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em orçamento geral da Companhia.

A Companhia apresentou prejuízo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não havendo, portanto, destinação de lucros.

18 Receita líquida de venda de energia – Consolidado

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
<u>Receita bruta de vendas (a)</u>		
Venda de energia	48.814	45.265
<u>Impostos sobre vendas</u>		
Pis / Cofins	(1.782)	(1.652)
Total	<u>47.032</u>	<u>43.613</u>

- (a) A receita reconhecida nos anos de 2022 e 2021 foi gerada pelas controladas junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica de acordo com o Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR).

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 Custo operacional e despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depreciações e amortizações	(3)	(3)	(17.393)	(17.282)
Encargos de uso do sistema de transmissão				
– CUST (a)			(3.054)	(2.333)
Compra de energia elétrica (b)			(191)	
Apoio operacional e manutenção (c)			(17.702)	(7.209)
Gastos com pessoal	(5)		(1.724)	(1.838)
Serviços de terceiros	(7)		(1.006)	(1.094)
Despesas com seguros			(1.211)	(564)
Despesas tributárias	(1)	(1)	(11)	(103)
Despesas de viagens			(84)	(76)
Baixa de recebíveis		(107)		(107)
Indenizações por sinistro de imobilizado			726	
Outras receitas			49	62
Despesas gerais	(20)	(1)	(518)	(515)
Total	(36)	(112)	(42.119)	(31.059)
<u>Classificados como:</u>				
Custos de operação			(40.455)	(28.484)
Despesas gerais e administrativas	(36)	(5)	(2.440)	(2.530)
Outras (despesas) receitas operacionais		(107)	776	(45)
Total	(36)	(112)	(42.119)	(31.059)

- (a) Refere-se a encargos que se tornaram devidos a partir do momento que o Parque Eólico entrou em operação.
- (b) Refere-se a compra de energia no mercado livre para suprimento de lastro de potência, para atendimento ao contrato CCEAR.
- (c) Refere-se as manutenções não recorrentes do parque eólico ocorridas em 2022.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(1)	(4)	(37)	(13)
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota 13)			(12.734)	(11.063)
Amortização do custo de transação			(816)	(817)
Pis e Cofins s/receitas financeiras		(3)		(137)
Atualização provisão para desmobilização			(914)	(2.529)
Atualização financeira arrendamentos			(657)	(632)
Juros passivos			(1.293)	(65)
Outras despesas financeiras	(47)	(36)	(754)	(468)
Total de despesas financeiras	(48)	(43)	(17.205)	(15.724)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	22	20	7.058	2.456
Juros ativos	110	42	373	429
Outras receitas financeiras		1	1	52
Total de receitas financeiras	132	63	7.432	2.937
Resultado financeiro, líquido	84	20	(9.773)	(12.787)

21 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora	Consolidado
	2021	2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.699)	(233)
(+) Adições (temporárias e permanentes) (i)	1.607	(i)
(-) Exclusões (temporárias e permanentes) (i)		(i)
(=) Prejuízo fiscal	(92)	(i)

- (i) Os ajustes temporários referem-se basicamente a adições de provisões e exclusões de diferenças de depreciação contábil/ fiscal

Em 2022 a Companhia e suas Controladas adotaram o regime de apuração do lucro presumido

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2022	Controladora	
	IRPJ	CSLL
Receitas financeiras	33	33
Base de cálculo	33	33
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	5	3
Imposto adicional (IRPJ)		
Total imposto corrente devido	5	3
Total imposto corrente		8

2022	Consolidado	
	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	48.814	48.814
Alíquota %	8%	12%
Lucro presumido	3.905	5.858
Outras receitas e receitas financeiras (a)	36.539	36.539
Base de cálculo	40.444	42.397
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	6.067	3.816
Imposto adicional (IRPJ)	3.969	
Total imposto corrente devido	10.036	3.816
Total imposto corrente		13.852

- (a) Conforme decisão da administração, em 2022, a Companhia e suas controladas mudaram o regime de tributação, de lucro real para lucro presumido e com isso houve uma baixa do passivo fiscal constituído sobre as diferenças temporárias conforme controle fiscal e estes valores foram tributados no montante de R\$ 30.392 à base de cálculo dos impostos correntes.

O imposto de renda e a contribuição social constantes na Demonstração de Resultado do Exercício em 2022 se referem a baixa dos passivos diferidos provisionados até 31 de dezembro de 2021, que foram tributados na apuração em 2022.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Provisão para contingências - Consolidado

O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos e econômicos, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrências e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotas, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos assessores jurídicos que patrocinam as causas do Grupo.

Em 2022, os processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível são de R\$ 2.755 (2021: R\$ 1.335), não provisionados, referentes a causas de naturezas cíveis.

O Grupo possui depósitos judiciais para litígios cíveis, no montante de R\$ 52 (2021, R\$ 52), referente a constituição de servidão administrativa. O Grupo tem a possibilidade de ter reembolso do pagamento no caso do resultado favorável. Não há valores materiais de causas com risco provável de perda.

23 Seguros - Consolidado

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração da Companhia cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida como segue:

Risco	Período de vigência		Importância segurada
	de	até	
Riscos operacionais	29/09/2022	29/09/2023	137.931
Responsabilidade civil geral	29/09/2021	29/03/2023	30.000
Riscos ambientais (i)	09/12/2022	01/04/2023	10.000
Responsabilidade civil de administradores- D&O (i)	30/11/2022	01/04/2023	100.000

(i) Cobertura compartilhada com outras empresas do Grupo AES Operações (cosseguradas)

24 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

O Grupo avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em, ou após 1º de janeiro de 2022, estão evidenciadas a seguir:

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alteração ao IAS 16/CPC 27: Ativo Imobilizado

A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

Alteração ao IAS 37/CPC 25: Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

As alterações ao IAS 37/CPC 25 especificam que, ao determinar se um contrato é oneroso, devem ser considerados os custos diretamente relacionados a esse contrato. As alterações também especificam que esses custos consistem tanto nos custos incrementais do cumprimento de um contrato (por exemplo, mão de obra direta e materiais) quanto na alocação de outros custos diretos (dando o exemplo da taxa de depreciação de um item do ativo imobilizado utilizados no cumprimento desse contrato, entre outros).

Aprimoramentos anuais – Ciclo 2018-2020:

- a) IFRS 1/CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- b) IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- c) IFRS 16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- d) IAS 41/CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola: remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41/CPC 29 com as de outras normas IFRS.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo.

Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia e suas subsidiárias no Brasil, foram avaliadas e estão listadas na tabela a seguir. A Companhia e suas subsidiárias pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, quando entrarem em vigor.

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pronunciamentos novos ou alterados	Correlação IASB	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	IFRS 10	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 50 – Contratos de seguros	IFRS 17	Adoção inicial.	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	IAS 12	Imposto diferido relacionado à ativos e passivos decorrentes de uma única transação. Fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1		1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	IAS 8	Introduz a definição de 'estimativa contábeis'.	1º de janeiro de 2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante.	1º de janeiro de 2024
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	IAS 1	Passivo não circulante com 'covenants'.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	IFRS 16	Requisitos de mensuração para passivos de arrendamento decorrentes de transações de	1º de janeiro de 2024

25 Eventos subsequentes

Decisão Relativização Coisa Julgada

No dia 08.02.2023, por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou que uma decisão definitiva transitada em julgado, sobre a constitucionalidade de tributos recolhidos de forma continuada (relação tributária de trato sucessivo), perde seus efeitos automaticamente caso o STF se pronuncie, posteriormente, em sentido contrário. Isso significa, na prática, que decisões proferidas em ação direta (ADI ou ADC) ou em sede de recurso extraordinário com repercussão geral interrompem os efeitos das decisões anteriores, no contexto de relações tributárias de trato sucessivo, mesmo que já transitadas em julgado. A decisão do STF determinou que, nos casos em que uma coisa julgada seja desconstituída e o respectivo tributo seja considerado devido, devem ser respeitadas a irretroatividade, a anterioridade anual e a noventena ou a anterioridade nonagesimal, conforme a natureza do tributo (Decisão Relativização Coisa Julgada).

REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. e Controladas

Nota explicativa da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo avaliou a referida decisão do STF e não identificou impacto no resultado, também sem necessidade de divulgação, pois avalia como remoto o reflexo sobre os referidos processos.

* * *